

POR QUEM OS SINOS DOBRARÃO?: A DICOTOMIA ESTADO/MERCADO E OS RESULTADOS DAS DISTINTAS OPÇÕES POR ELA ENSEJADAS¹

FOR WHOM THE BELLS RING? THE STATE/MARKET DICHOTOMY AND THE RESULTS OF THE DISTINCT OPTIONS DESIRED BY THEM

Fernão Pompêo de CAMARGO NETO²

1. Introdução

Em meados dos anos 70, após três décadas de constante crescimento econômico comandado pelo Estado através de gastos públicos (intervencionismo keynesiano), esgotou-se o dinamismo desse padrão de formulação e execução de políticas econômicas, abrindo-se, então, a este respeito, espaço para o avanço de posições (neo) liberais.

O presente artigo tem por finalidade analisar as conseqüências resultantes, mundo afora e particularmente no Brasil, de distintas posturas, em termos de políticas econômicas, adotadas por nações que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento que, desde a década de 70, têm optado por graus diversos de intervenção estatal ou pela entrega das atividades econômicas à condução pela “mão invisível” que rege os mercados, a despeito desta, sempre que foi acionada, ter se demonstrado bastante canhestra quando se envolveu na condução da questão do emprego e de outros aspectos relativos ao desenvolvimento social.

2. Decisões de Política Econômica Tomadas no Cenário Internacional e suas Conseqüências

No decurso da década dos 70, qual uma fênix que renascia de suas próprias cinzas, a ideologia liberal, renovada, adentrava, como *primadonna*, no amplo palco construído pela globalização.

Teve êxito, sob as luzes da ribalta, o seu desempenho?

Vejamos. Os resultados das experiências desenvolvidas pelo Thatcherismo e pela *Reaganomics* não foram dos mais animadores. Com o dismantelamento, em seus países (e em diversas outras nações desenvolvidas ocidentais), do *Welfare State*, houve um dramático incremento dos índices de pobreza. Nos Estados Unidos, os déficits orçamentário e da balança de pagamentos cresceram de forma sem precedentes, acumulando-se gigantescas dívidas interna e externamente. A Inglaterra, em decorrência das políticas ultraliberais que praticou, da opção estratégica equivocada pelos serviços de alto valor e da

⁽¹⁾ Este artigo foi extraído, com algumas adaptações, de outro artigo mais amplo, de minha autoria, publicado na Revista *Pesquisa & Debate* da PUC-SP, a seguir referido: CAMARGO NETO, Fernão Pompêo de. Considerações sobre alguns aspectos do debate liberalismo X intervenção estatal. *Pesquisa & Debate*, vol.8, nº 2(11), 1997, p. 69-92.

⁽²⁾ Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), doutorando em Economia do IE/UNICAMP e Conselheiro do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

especulação financeira desenfreada, “ficou no pior dos mundos” (TAVARES, 1992:30), passando por um intenso processo de desindustrialização e assistindo à dramática redução da competitividade externa dos seus produtos manufaturados. Nos NICs asiáticos, o propalado êxito do neoliberalismo não passou de pura ilusão, uma vez que a estratégia de industrialização voltada às exportações – adotada, por exemplo, na Coreia do Sul e em Taiwan-pouco teve de liberal e, pelo contrário, só se tornou possível devido a uma forte dose de apoio estatal. Além disso, é digno de nota o fato de que, com o crescimento sem precedentes da produtividade do trabalho, o desemprego passa a ter, no mundo todo, uma conotação estrutural, atingindo, na Europa, taxas que não se verificavam desde as décadas dos 30 e dos 40.

Por outro lado, foram flagrantes as vantagens relativas que tiveram os países em que o Estado foi o grande artífice dos ajustes estruturais procedidos – o Japão e a Alemanha em especial – frente aos países que optaram pela via neoliberal.

Os resultados obtidos na América Latina também deixaram muito a desejar. Os festejados “sucessos” alcançados no Chile, na Argentina e no México mascaram os resultados reais. As altas taxas de crescimento da produção anunciadas para esses países foram calculadas sobre a carcomida base do final da por nós brasileiros chamada “década perdida”, sendo, portanto, ilusórias. Na realidade, se tanto, o que se logrou obter, via utilização de capacidade produtiva ociosa, foi a recuperação das perdas ocorridas na década dos 80. Ademais, em dezembro de 1994, logo após ter sido a economia mexicana indicada, por renomados consultores financeiros internacionais, como uma ótima alternativa para investimentos, o México quebrou, caindo, logo em seguida, a menos da metade o poder aquisitivo de sua moeda em dólares, apesar da vultosa injeção de recursos na sua economia que foi orquestrada, e bancada em parte, pelo Governo dos Estados Unidos. Na Argentina, também ocorreram desastres econômicos, financeiros e sociais: desindustrialização,

quebra de empresas, desemprego elevado e miséria crescente.

No tocante às relações econômicas centro/periferia (Norte/Sul), ocorreu uma significativa deterioração nas relações de troca em detrimento dos interesses periféricos. Entre 1989 e 1991, os preços dos produtos primários exportados pelos países pobres caíram, em média, 20% (FURTADO, 1993:7). Esses preços “deixaram já faz muito tempo de estar em relação direta com seus custos de produção e são fixados a nível mundial. É a colusão de oferta e procura mundial que fixa tais preços e em função deles regula as vantagens e desvantagens dos países (empresas) exportadores” (VILLA, 1993:156). Não se pode, de outra parte, esquecer “a dolorosa história dos ajustes impostos aos países devedores”, os quais de receptores de capitais internacionais passam, a partir dos anos 80, a supridores, devendo, para isto, aumentar o seu esforço de poupança e cortar o investimento interno (FURTADO, 1993:7).

A “estratégia da dívida” então adotada, concebida pelos credores e avalizada pelo FMI, refletia “essencialmente necessidades de recebimento dos bancos credores”, sem levar em conta a capacidade de pagamento dos países devedores e, tampouco, as necessidades de recursos que estes tinham para poderem implementar suas políticas de desenvolvimento. Entre 1982 e 1991, a transferência líquida de capitais dos países latino-americanos para o exterior somou 195 bilhões de dólares, o que representa “quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall” (BATISTA, 1994:22-23), e os ônus do ajuste requerido para o reescalonamento das dívidas dos países latino-americanos agravaram-se ao serem distribuídos de forma particularmente iníqua, uma vez que, pela via da estagnação (ou mesmo recessão), ocorreu nesses países uma substancial redução do salário real e um aumento do desemprego, o que acentuou ainda mais a miséria, sendo que “a participação dos salários numa Renda Nacional estagnada se reduziria à metade do que fora no início da crise da dívida externa” (BATISTA, 1994:23). Em paralelo, ainda nas palavras do falecido embaixador, é

importante que se leve em conta que, “entre 1989 e 1992, os Estados Unidos evoluíram, no seu comércio de mercadorias com os países sul-americanos e o México, de um déficit de US\$ 11,2 bilhões para um saldo da mesma ordem de grandeza, resultado conseguido, praticamente, dentro de um mesmo nível de intercâmbio global” (BATISTA, 1994:26). E o pior ainda está por acontecer! Se as nações latino-americanas vierem a participar da ALCA nos termos que vêm sendo propostos pelos Estados Unidos, as balanças comercial e de pagamentos tenderão a se tornar ainda mais favoráveis aos interesses norte-americanos.

Antonio Barros de Castro, em artigo que escreveu em 1996 (p. 52), considera que, na periferia, uma das mais importantes conseqüências da “restauração do paradigma neoclássico” foi o abandono das políticas desenvolvimentistas, que passaram a ser responsabilizadas por todas as dificuldades dos países em desenvolvimento. Segundo ele, a “restauração neoclássica” não considera as ações governamentais no sentido da promoção do desenvolvimento nos países periféricos como sendo inerentes à sua condição histórica, e atribui a elas todas as mazelas decorrentes da não visualização e do não aproveitamento das oportunidades de mercado existentes nesses, e para esses, países. Ao ser isto admitido, tornar-se-ia sem sentido a existência da teoria do desenvolvimento como um campo especial do conhecimento, diante do que “a presumida especificidade dos países em desenvolvimento poderia inclusive voltar a circunscrever-se ao âmbito da história, com o que se restabeleceria o ideal da unificação das idéias que conformam o núcleo do saber econômico, a qual só se havia visto ameaçada pela diferenciação entre economia central e economias periféricas”.

3. A Escalada Neoliberal no Brasil: suas Seqüelas e a Análise de algumas Alternativas Sugeridas para a Minimização dos Danos dela Decorrentes

No que se refere ao Brasil, a partir do início dos anos 90, conforme Reinaldo Gonçalves

(1994:127-128), ele, sob a condução do Presidente Collor, estreitou suas relações com os Estados Unidos, alinhando-se, de forma praticamente automática, às diretrizes formuladas por Washington no referente “ao ideário político-ideológico, à estratégia diplomático-militar e aos interesses econômicos norte-americanos”. Ocorreu, em conseqüência disto, durante o governo Collor, uma “perda substantiva de grau de autonomia na política externa brasileira”, a qual tornou-se a tal ponto submissa aos interesses e estratégias dos Estados Unidos que “difícilmente encontram-se na história contemporânea do Brasil registros de uma política externa tão subordinada”.

No plano interno, imensas dificuldades vêm sendo encontradas para a compatibilização do processo de ajuste econômico com o de promoção de uma nova ordem institucional de cunho democrático. Dificuldades que se agravaram quando, no início dos anos 90, a desordenada prática de políticas neoliberais pelo Estado promoveu a desestruturação de “aparatos e instituições indispensáveis ao funcionamento de um bom governo e da economia” (FIORI, 1994 a:32), cuja reconstrução é morosa. Entretanto, apesar dos avanços recentes, conquistados ao longo dos primeiros anos de vigência do Plano Real, não terem de todo aplainado as angustiosas incertezas que ainda persistem quanto ao porvir de nosso país, temos que ter presente que essas incertezas que remanescem são, no dizer de José Luiz Fiori (1994 a:32), especialmente devidas ao fato de que “uma transição histórica não é um programa técnico, mas uma construção política que passa por conflitos, negociações e recomposições de forças cujo desenlace é cientificamente imprevisível, mesmo que o seu formato ideal possa ser objeto de recomendações”.

Diante de situações como as que vivemos ao longo dos anos de 1997 e de 1998, quando, em meio às negociações e concessões de toda ordem que permearam o processo no qual se buscava a aprovação pelo Congresso Nacional do direito de vir o Presidente Fernando Henrique Cardoso a se candidatar à reeleição, e durante as peripécias, que foram e estão sendo feitas, para a obtenção

dos votos necessários para que se possa promover uma série de alterações constitucionais necessárias para a efetivação do ajuste econômico do Brasil, muitas delas decorrentes de imposições que vêm de fora do país, é importante, para que nos conformemos com as decepções que experimentamos em razão da forma pela qual o processo político vem sendo conduzido, que possamos acreditar nas considerações feitas por Laurence Whitehead (*apud* FIORI, 1994 a: 33) no sentido de que “exigir pureza democrática escandinava de um frágil regime latino-americano poderia ser irrealista e contraproducente”, uma vez que o avanço que se faz “rumo à democratização tem que ser avaliado no contexto da própria história de uma nação”.

Tendo em vista as crescentes pressões que, nestes últimos anos, vêm o Brasil e os demais países da América Latina sofrendo, da parte de porta-vozes oficiais norte-americanos, no sentido da total liberação de suas relações externas, sem idêntica contrapartida do lado dos Estados Unidos – que mantém pesadas barreiras alfandegárias e de outras naturezas a inúmeros produtos de seus parceiros comerciais latino-americanos (o que também acontece na Comunidade Econômica Européia, na qual as restrições impostas à entrada de produtos da América Latina são bastante significativas) –, é oportuna a indagação: Até que ponto não seria uma política equivocada a abertura geral e irrestrita de nossas fronteiras, ao mesmo tempo em que se franqueia à exploração externa o imenso potencial dinâmico, em termos de desenvolvimento econômico, que pode derivar da produção para o suprimento de nosso mercado interno?

A resposta a esta questão pode estar em Celso Furtado (1993:9), que sugere ser um erro, para um país com as características que tem o Brasil, deixar de lado a estratégia de construção do mercado interno como impulsionadora do crescimento econômico. Para ele, “Os sistemas econômicos de grandes extensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais”, entre os quais se destacam Brasil, China e Índia, “difícilmente sobreviverão se perderem a força

coesiva gerada pela expansão do mercado interno”. Lembra ele, todavia, que uma teoria do desenvolvimento econômico que contemple esses grandes sistemas heterogêneos “ainda está por ser escrita”.

Assim sendo, usando palavras de José, Luiz Fiori, a estratégia mais correta a ser adotada por nosso país, na busca da definição de seu próprio destino, “implicaria a existência de um Estado nacional capaz de assumir o comando estratégico de um esforço de construção de cenários e trajetórias de crescimento”. Tal Estado, que deveria ser ao mesmo tempo “forte e ágil, (...) autônomo e democrático”, e “responsável pelo desenho e articulação estratégica de um novo estilo de desenvolvimento, compatível com o avanço da cidadania social e política das populações até hoje marginalizadas”, teria, para vencer a crise atual, que atuar politicamente no sentido do “realinhamento dos velhos compromissos entre o Estado, os capitais privados e os trabalhadores”. Além disto, este Estado deveria “ser ‘forte’ sem ser extenso e autoritário como foi o Estado desenvolvimentista” (FIORI, 1994b: 144), para que pudesse estar preparado para enfrentar as pressões contrárias à sua existência que, com certeza, seriam exercidas por grande parte das elites intelectuais, políticas e empresariais brasileiras – em cujas fileiras encontra considerável eco a ideologia neoliberal – e pelos organismos financeiros internacionais multilaterais (Banco Mundial, FMI e BID), cujos economistas, no final de 1989, juntamente com funcionários do governo norte-americano, formularam o chamado “Consenso de Washington”.

Para Paulo Nogueira Batista (1994:40-41), o “Consenso de Washington”, responsável pelo “escancaramento das economias latino-americanas”, parece ter feito da América Latina “um laboratório onde a burocracia internacional baseada em Washington” (...) “busca pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração”.

O foco das atenções do “Consenso de Washington” se concentrou em 10 áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1993:1332-1333), convergindo as propostas feitas para essas áreas, de acordo com Paulo Nogueira Batista, no sentido de dois objetivos básicos: “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (BATISTA, 1994:27). Quanto ao primeiro objetivo, complementa Batista (1994:30) que: “São tantas as limitações que se deseja impor ao Estado, que este pareceria estar sendo objeto de uma estratégia de solapamento da própria idéia de nação, da qual o Estado nada mais é do que a sua forma jurídica organizada”.

Todavia, alvissareiras são as notícias que nos dá Michael Hirsh (1994) no sentido de que os economistas do Banco Mundial, o “baluarte da ortodoxia do livre mercado” (p. 4), já passam a admitir que “são necessários alguns ajustes em sua visão de mundo” (p. 8). Observa ele, ainda, que “a sabedoria econômica oscila, dependendo das condições econômicas”, e que, “na esfera do debate, que é sempre um arauto da política, o pêndulo já está se movimentando em direção a uma nova e, ao mesmo tempo, antiga noção: o Estado, corretamente esclarecido, pode revelar-se uma coisa boa” (p. 10).

Não deveremos, entretanto, deixar-nos entusiasmar por fiapos de esperança como o que procura transmitir Michael Hirsh. Adverte-nos o embaixador Paulo Nogueira Batista, entre as críticas que faz à adesão brasileira ao “Consenso de Washington” – no momento em que, pouco antes de sua morte, julgou oportuno “botar a boca no trombone” (1994:3) –, no sentido de que se faz importante “uma leitura mais atenta e atualizada do que se diz e do que se faz no mundo para termos

uma idéia mais objetiva dos verdadeiros rumos que a História estaria realmente tomando, a fim de não nos enganarmos de caminho, tomando um atalho ou retrocedendo. Teremos mais claro, enfim, se estamos, como pretendem equivocadamente os neoliberais, na ‘contra-mão da História’, ou se, como nos parece mais provável, estamos na ‘mão da História’ ainda que com velocidade insuficiente”. (BATISTA, 1994:46).

4. Uma Advertência Usada à Guisa de Conclusão

Como fecho deste artigo, julgamos oportuno destacar a advertência, feita pelo embaixador Batista (1994:55), de que só poderemos alcançar o desenvolvimento em todos os sentidos e a plena realização das autênticas aspirações nacionais se não “nos resignarmos a trabalhar sobre a base de ‘consensos’ construídos de fora para dentro”. O que precisamos é de “um consenso made in Brazil e, para produzi-lo, de uma grande aliança”, a qual não deve incluir apenas, como no passado, governo e empresários, mas também partidos políticos, intelectuais e trabalhadores, unidos todos num “entendimento capaz de permitir a emergência no Brasil, senão de um projeto nacional com metas precisas em cada setor, pelo menos de um ‘consenso nacional’ com uma visão comum e abrangente dos grandes problemas brasileiros, institucionais, econômicos e sociais”.

5. Bibliografia Citada

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: PEDEX, Caderno Dívida Externa n. 6, 1994. 56p.

CASTRO, Antonio Barros de. El Estado, la empresa y la restauración del paradigma neoclásico. *In: Revista de la Cepal*, Nações Unidas, n. 58, abril de 1996. p. 51-61.

FIORI, José Luiz. *Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994a. 39p. (Textos para discussão 16).

_____. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. *In: Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 40, novembro de 1994b. p.125-144.

FURTADO, CELSO. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. *In: Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 1 n. 4, março de 1993. p. 3-10.

GONÇALVES, Reinaldo. *Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 175p.

HIRSH, Michael. A volta do Estado. *In: Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, v. 3 n. 1, junho de 1994. p. 3-16.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. *In: Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 1, agosto de 1992. p. 21-57.

VILLA, José María Vidal. Mundialización de la economía vs. Estadonación: cambio tecnológico y migraciones. *In: Investigación Económica*. México: Faculdade de Economia da Universidade Nacional Autónoma, n. 205, julho-setembro de 1993. p. 151-172.

WILLIAMSON, John. Democracy and the "Washington Consensus". *In: World Development*, v. 21, n. 8, 1993. p. 1329-1336.